

Sou Ana Gualberto, 43 anos, mulher, negra, candomblecista Iya T'Oju Omò do Ilê Adufé, Omo Orixá Oxum iniciada há 10 anos, mãe do Caio Fernando, historiadora formada na UERJ (Universidade Estadual do Rio de Janeiro) em 2010, oriunda de uma das primeiras turmas de cotas raciais na UERJ, mestre em Cultura e Sociedade pelo IHAC (Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Milton Santos) – UFBA (Universidade Federal da Bahia), moradora de Salvador/BA. Integro a RMN (Rede de Mulheres Negras da Bahia) e a RMT (Rede de Mulheres de Terreiro da Bahia), e sou articuladora do NZinga Coletivo de Mulheres Negras, em Belo Horizonte.

Iniciei minha militância aos 16 anos atuando como educadora em EJA (Educação de Jovens e Adultos), em um projeto social de uma igreja na Vila Cruzeiro, uma favela na Penha, bairro do subúrbio do Rio de Janeiro. Desde então, tenho atuado como educadora popular me dedicando às questões étnico-raciais. Minha mãe era militante do movimento de mulheres de favelas da cidade do Rio de Janeiro e aprendemos em casa desde sempre o impacto do racismo em nossas vidas e que estrutura nossa sociedade. Fiz universidade já com 27 anos, por uma gravidez precoce, sendo a primeira de minha família a entrar em uma universidade pública, a UERJ. Concluí o mestrado em 2018, na UFBA.

Me reencontro com a ancestralidade afro em 2005, e renasço no candomblé em 2010, ampliando ainda mais meu compromisso com a afirmação positiva das identidades afro-brasileira, em especial a religiosa. Continuo em processo de formação, atuando com comunidades negras tradicionais na Bahia.

Atuo em pesquisas e ações de intervenção social com povos de terreiro e comunidades quilombolas, desde 2002. Integro as Redes de Mulheres Negras e de Mulheres de Terreiro, ambas da Bahia.

Ana Gualberto^(*)

(*)Ana Gualberto é historiadora, mestra em Cultura e Sociedade, coordenadora de ações com comunidades tradicionais em Koinonia – presença ecumênica e serviço, e Iyá T'Oju Omo do Ilê Adufé.

NA RUA, NO TERREIRO, NO QUILOMBO: MULHERES NEGRAS EM MOVIMENTO

Ana Gualberto

Boletim ODC: Em seu mestrado, você pesquisou sobre o processo de afirmação das múltiplas identidades de mulheres quilombolas das comunidades Jetimana e Barroso, em Camamu/BA, com especial atenção à relação entre a questão identitária, a participação política e a relação com o território. Na sua abordagem, você busca demonstrar a necessidade de superar binarismos e observar as intersecções dos circuitos simbólicos e identitários pelos quais essas mulheres transitam. Gostaríamos que você nos falasse sobre o papel da dimensão cultural nesses processos, e elencasse algumas das tensões políticas e identitárias enfrentadas pelas quilombolas. Ao longo da sua pesquisa e trajetória de militância, que estratégias e campos de articulação você identifica como potenciais para que mulheres quilombolas conquistem os espaços por elas almejados?

Ana Gualberto: A primeira coisa que quero pontuar é que essa coisa toda de se definir é muito de fora pra dentro. Essa reflexão de se pensar e dizer quem é, dentro dessa construção e leitura de mundo, passa a fazer parte da vida das pessoas das comunidades tradicionais, principalmente, depois da aproximação com a academia e com os movimentos sociais. Tanto a academia quanto os movimentos, para dialogar, te questionam quem é você para, então, lhe colocar no escaninho devido. Não estou fazendo juízo de valor, apenas apresentando que, antes, se apresentar era dizer: Sou fulana ou fulano, filha/o de cicrano. Isso já dizia tudo. Lembro de um texto que li sobre tornar-se mulher negra de Lélia Gonzalez. Nele, Lélia traz a questão racial para um argumento apresentado por Simone de Beauvoir que nos faz pensar nesse processo de definição de identidades, pois existem dois componentes fundamentais aqui: como eu me identifico e como me identificam, as pessoas, a sociedade. A soma disso normalmente é esse

pacote que nos define.

O que eu estou querendo dizer com essa volta toda? Primeiro, é que há uma intersecção de identidades nestas sujeitas sociais que há pouco tempo elas acessaram e que, portanto, está em processo de consolidação. Segundo, é que quanto mais questionamentos, acesso a outros grupos, novas identidades poderão surgir. Uma questão que as mulheres não tocavam era na orientação sexual, dando como unânime a heterossexualidade. Em 2018, algumas estiveram no Encontro Nacional de Mulheres Negras e voltaram para o grupo pautando o sofrimento das mulheres *homos*. Pronto, essa identidade passa a ser importante para ser debatida. No nosso grupo há mulheres gays, bis? Esta virou mais uma chave de análise e debate.

Uma coisa que tenciona muito todos esses debates são as igrejas, principalmente, as de denominação evangélica. Todo o debate histórico e cultural que se refere à afirmação da identidade negra é rotulado como “macumba”, é demonizado e amplamente combatido. O que coloca as mulheres em grande conflito. Não é por acaso que as mulheres protagonistas de minha pesquisa são católicas. Não que este tipo de fala e pensamento não venha dos católicos, vem também, mas torna-se menos difícil este debate com a igreja católica.

Uma das primeiras coisas que os pastores pedem para as pessoas quando entram nessas igrejas é negar a vida anterior, a vida mundana. Nessa vida tem música, tem dança, tem coisas que nossos mais velhos faziam sem explicar direito, mas que a gente reproduz porque sempre deu certo. Isso é rotulado como idolatria e práticas que não são aceitáveis nessa nova comunidade. Acho que a questão chave está aí: em sair de uma comunidade e fazer parte de outra. A vida nas comunidades quilombolas é baseada na vida comunitária, coletiva, na gestão de áreas comuns, de práticas ancestrais que reafirmam a especificidade deste grupo. Assim, quando você nega isso tudo para entrar em outra comunidade, a religiosa neste caso, provoca uma ruptura com sua comunidade de origem.

Acredito que a potência das mulheres negras quilombolas está na coletividade vivenciada cotidianamente. Nós, mulheres negras urbanas, a cada dia resistimos à individualização das lutas e de nossas vidas. Para quem está na área rural, a vida é bem mais coletiva. Mesmo quem tenta

se apartar, se vê inserido nos processos e dependendo deste coletivo para viver. Isso potencializa outra visão de mundo, outra forma de construir as ações e, conseqüentemente, seus efeitos. O grande desafio é não sucumbir aos projetos individualistas que descolam as lideranças de suas comunidades. O que é uma liderança sem a comunidade? Nada. Quem ela lidera? Ninguém. Só é possível estar nesse lugar de liderança se há diálogo com as pessoas que você representa. Este é um grande desafio para manter-se no foco de conquistas coletivas.

Ainda sobre a sua dissertação, o formato de citação direta da bibliografia é o mesmo dos depoimentos das quilombolas entrevistadas na pesquisa de campo. Na introdução, você explica essa escolha por considerar, e aqui te citamos, “que as palavras destas mulheres têm valor de referencial teórico, tendo em vista seus posicionamentos e seus acúmulos” (GUALBERTO, 2018). Inferimos, então, que uma das ideias defendidas na sua pesquisa é de que tais mulheres produzem e disseminam saber, seja na maneira de se posicionar, seja pelo seu legado. O que significa, para o cotidiano e para os embates políticos enfrentados por estas mulheres, se contrapor à negação epistemológica empreendida contra as quilombolas? Que tipo de repercussão você acredita que isso pode provocar na academia?

A negação epistemológica é uma realidade no que se trata da população negra. Quando tratamos das mulheres, soma-se mais um fator, mulheres quilombolas, são dois fatores a mais. A dificuldade da sociedade em valorizar as diversas narrativas, construções de saberes, conhecimentos e práticas é histórica, e sabemos que ela não se modificará a curto e nem a médio prazo. A gente acreditava que o que foi construído a partir de 2002 seria um processo que só avançaria. Com políticas públicas que, aos poucos, iriam consolidar um outro senso comum, onde o racismo seria superado de forma quase “natural”. Não existe isso. A superação do racismo nunca foi pensada de forma estruturante na sociedade e nas relações estabelecidas em nossa sociedade. Superar o racismo tem a ver com reconhecer o valor das outras formas de saberes e práticas, sem hierarquizá-las. O que temos hoje na academia é uma hierarquização de saberes, onde se observa

os “diferentes” traduzidos para a linguagem acadêmica, que continua tendo como base o eurocentrismo e seus formatos. Quando eu decidi que colocaria os depoimentos das mulheres com o mesmo peso e formato das referências dos livros é porque, de verdade, acredito que eles têm tanta importância quanto. A gente fica preocupada, e é cobrada em usar “clássicos” que são consolidados para manter como referencial o mesmo padrão: pensamento dos homens, brancos, héteros, cristãos, portanto mantém a mesma estrutura. Precisamos romper com isso. Infelizmente eu não consegui romper o tanto que queria durante o mestrado, pois precisamos ser “aprovados”, validar nossa produção e, para isso, é preciso engolir alguns sapos.

Você é candomblecista e também transita por muitos terreiros como estudiosa da religião e militante da causa ecumênica. Em um texto que publicou no Observatório Quilombola, cujo título é Sobre nossas identidades (GUALBERTO, 2020b), você pontua que se reconhecer como parte de um coletivo é central e definidor de identidade, tanto para candomblecistas, quanto para quilombolas. Gostaríamos que você nos falasse mais sobre esse argumento e sobre as potências desse espaço comunitário do axé para o fortalecimento das mulheres.

Pensar a coletividade é basilar para compreender a sobrevivência da população negra no Brasil pós-sequestros do continente africano. Se não tivéssemos nos mantido em grupos, teríamos sido dizimados desde os navios negreiros, nas senzalas, nos quilombos e nas favelas. Neste sentido, reflito que a religiosidade teve papel fundamental. As religiões de matriz africanas, que são a base de organização dos grupos sociais africanos, são organizadas a partir do matriarcado, a exemplo da maioria dos povos africanos. Isso é fundamental para pensarmos a resistência do povo africano, seja nas situações diaspóricas ou no continente. Nosso princípio organizacional é circular, complementar. Cada um desempenha um papel para o funcionamento pleno do egbé (comunidade). Este egbé é a recriação familiar, somos família e essa estrutura é que nos sustenta. Em contraposição a isso, o cristianismo é organizado a partir do patriarcado. A circularidade é um princípio africano fundante. Não nos organizamos em

pirâmide, ou em uma linha reta. A gente tem outro projeto de mundo, que tem na base o círculo, e nesse projeto cabe todo mundo. Ele é baseado no respeito, a tudo e a todxs, em harmonia com o meio ambiente, do qual somos parte e na vida comunitária.

Neste sentido, a organização, a estrutura dos grupos sociais, comunidades de matriz africana e todas as outras comunidades tradicionais são observadas, analisadas e descritas por pessoas de “fora”, em sua absoluta maioria acadêmicos. As lideranças compartilham seus saberes, sua história e, a partir deste encontro, conceitos são consolidados, visando “explicar” estes grupos. Seria muito interessante se esta relação fosse de troca, mas infelizmente não é, mas reafirmo que deveria ser. Depois deste encontro, se constroem marcos legais que reafirmam estes conceitos visando à garantia de direitos dos grupos sociais em resposta às suas demandas de reconhecimento, valorização e manutenção da vida.

Destaco, nos marcos legais, a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – PNPCT, Decreto 6040/2007 (BRASIL, 2007), que inclui o povo de terreiro nesta categoria. Só para ilustrar, estão nesta categoria também quilombolas, indígenas, vazanteiros, pescadores, ciganos, entre outros grupos étnicos. Portanto, os terreiros e quilombos são territórios históricos, sociais, políticos e culturais negros. Suas organizações internas têm a ver com sua herança organizativa e comunitária ancestral.

Em minha dissertação de mestrado reafirmo que: “As comunidades remanescentes de quilombo são categorizadas como grupos étnicos, segundo a legislação vigente no Brasil. Segundo Barth, grupos étnicos são “um tipo organizacional que confere pertencimento através de normas e meios empregados para indicar afiliação ou exclusão” (BARTH, 1976, p. 17)¹. São laços relativos à territorialidade, como o predomínio do uso comum e utilização de áreas de acordo com a sazonalidade das atividades produtivas e outros usos, “caracterizando diferentes formas de uso e ocupação do espaço, que tomam por base laços de parentesco e vizinhança, assentados em relações de solidariedade e reciprocidade” (ABA, 1994, p.1)²...” (GUALBERTO, 2018, p. 28)

1 BARTH, Frederik. Introducción. In: _____. **Los grupos étnicos y sus fronteras**. México: Fondo de Cultura Económica, 1976.

2 ABA, **Associação Brasileira de Antropologia**. 1994. Documento do Grupo de Trabalho sobre

Um terreiro é um centro tradicional que agrega um grupo religioso estruturado segundo as normas de um rito afro-brasileiro. A palavra *candomblé* é um termo de origem quimbundo por cujo emprego se identifica, hoje, uma modalidade de culto afro-brasileiro, portanto, criado no Brasil, inspirado no que foi vivenciado no continente africano. Utilizamos também a palavra *roça* para identificar o espaço físico dos terreiros de *candomblé*. Assim como a palavra *barracão*. Essa expressão traduz a memória da antiga natureza urbana do espaço. A palavra *axé*, que tem vários significados, também frequentemente usada para assinalar tanto um templo, espaço físico, dessa natureza como o tipo de grupo religioso que nele se dedica ao culto dos voduns, *inkises* ou *orixás* (SERRA, 2015).

É importante reafirmar que o matriarcado que estrutura estes grupos étnicos, quilombos e terreiros, disputa cotidianamente com todos os ismos que oprimem e hierarquizam pessoas e comportamentos. O machismo e o patriarcado estão na construção de nossa sociedade e se refletem em todos espaços em que circulamos. O enfrentamento a estas ameaças precisa ser diário e estamos atentas e atentos a isso. O que está em risco

Comunidades Negras Rurais (Rio de Janeiro, 17-18 de outubro de 1994).

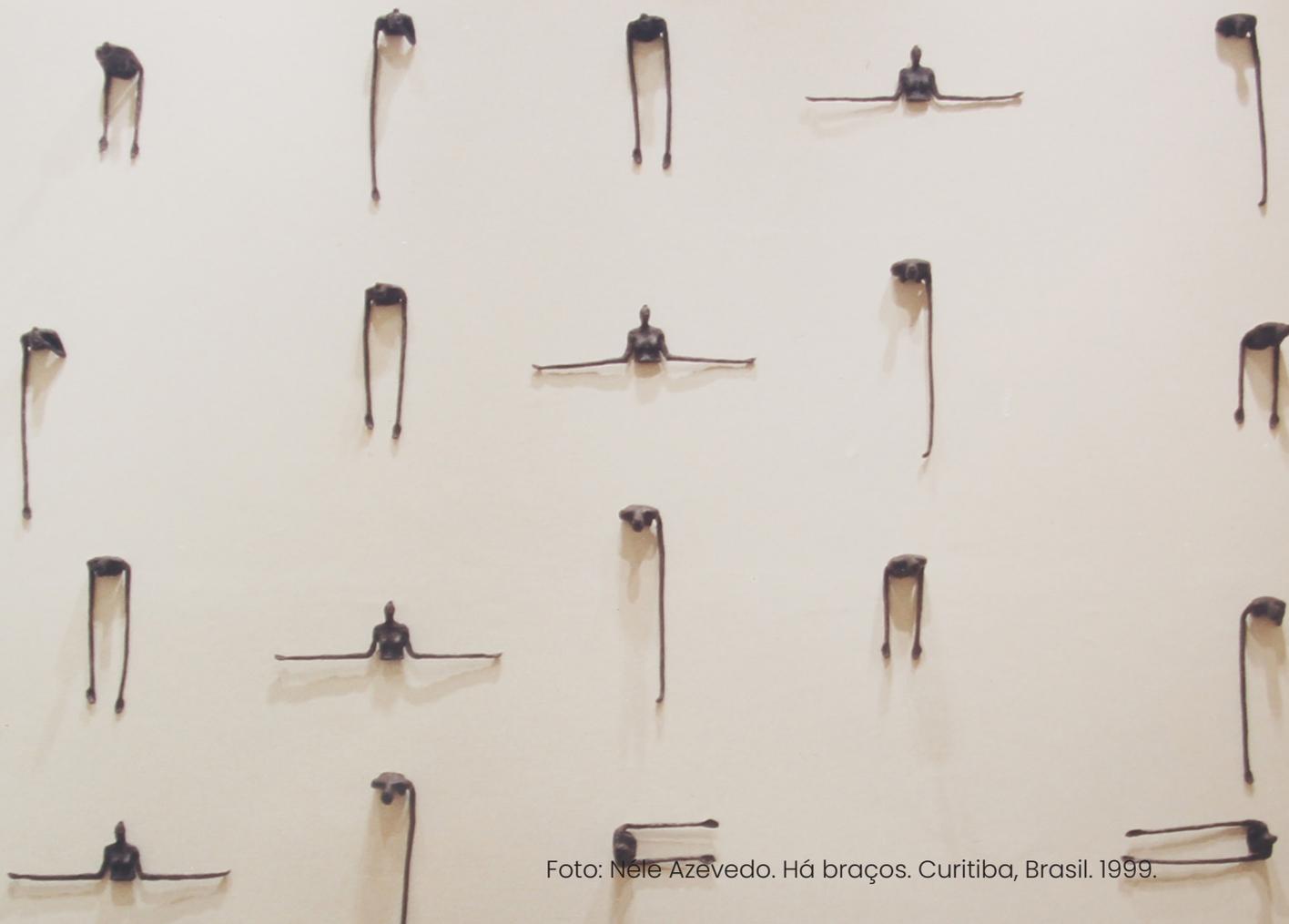


Foto: Nele Azevedo. Há braços. Curitiba, Brasil. 1999.

é uma estrutura que permitiu e sustentou os processos de resistência vivenciados por estes grupos.

Nesse mesmo veículo, no ensaio Sobre a luta cotidiana de ser mulher negra, você enfatiza ser inerente às mulheres negras a prática cotidiana da luta social, e então pontua: “Se quiser chamar isso de feminismo negro, de mulherismo, é com você. O que afirmo é que as mulheres negras sempre desafiaram as estruturas que nos excluíaam e continuam a desafiar” (GUALBERTO, 2020a). Como você lê e se posiciona frente a estas e outras denominações desses movimentos político-sociais e sistemas de pensamento a respeito das mulheres negras e de suas lutas cotidianas por reconhecimentos, direitos e liberdades? Que contribuições você destaca destas ou de outras frentes na maneira de nomear e de compreender essa luta?

Olha, uma coisa que as ciências humanas sempre propõem é dar nome a tudo, criar conceitos. Volto um pouco na história para reafirmar que o povo negro foi coisificado no processo de escravização, o que reverbera na sociedade até hoje. As mulheres negras eram, durante o processo de escravidão, reprodutoras e trabalhadoras. Nunca foram tratadas de forma diferente por ser mulher, daí aquele discurso de Truth de 1851, “Não sou eu uma mulher?”. Outra questão que me atrevo pontuar de forma breve é que em algumas sociedades do continente africano, digo o povo iorubano, meu povo, o lugar das mulheres sempre foi a rua, a comercialização, mercar é uma função das mulheres, o que continuamos a fazer no pós-sequestro para esta terra. Bem, a leitura do papel das mulheres como algo privado não é nossa, portanto, essa solicitação de ter direito a vida pública não fez parte de nossa pauta de reivindicação. Para nós a questão é bem anterior: fazer com que a sociedade nos enxergue como gente, como sujeitas de direito. Com essas breves reflexões, digo que as bandeiras do feminismo defendido pelas mulheres brancas foram e são muito pouco comparadas com nossas bandeiras. Foi e é importante? Claro que sim. Abre-se uma pauta de debate e surfamos nessa onda para ir além.

A luta das mulheres negras não é uma luta exclusivista, nunca foi e nunca será, pois nossa visão de mundo é ampla. A grande questão é que

quando a gente chega junto com as brancas, elas não conseguem abarcar as nossas questões e perceber que elas são anteriores e estruturantes. E, principalmente, não se abre mão do protagonismo. Elas não se sentem representadas por nossas falas, mas acreditam que nos representam em suas falas. Aí a gente escuta coisas como o que algumas dessas mulheres que estavam no BBB [Big Brother Brasil] disseram, que se pode perdoar o racismo, mas não o machismo. Quando a gente hierarquiza opressão a gente diz muita coisa.

Neste sentido, penso que não dá para dar um nome às diversas movimentações das mulheres. Elas se constituem e se modificam a todo momento. Nunca estivemos paradas e continuamos a nos movimentar. Costumo dizer que a prática da luta social, do desafiar as estruturas impostas é inerente às mulheres negras, e isso vai continuar, pois nossa sociedade não dá nenhum sinal de aceitar a pluralidade da humanidade e encará-la com respeito.

Tenho estudado sobre mulherismo africana, segundo Njeri (2020), “... Mulherismo Africana objetiva, segundo Cleonora Hudson, ‘criar critérios próprios (das mulheres africanas) para avaliar suas realidades tanto no pensamento quanto nas ações’. A sua principal abordagem é materno-centrada, considerando a liderança social que as mães negras têm nas nossas comunidades. (...) Estamos definindo a luta mulherista como a possibilidade de reintegrar as vidas pretas destroçadas pelo racismo de cunho integral.”

Bebemos na herança deixada por nossas ancestrais, nos alimentamos na força das Ayabas, termo utilizado para definir todos os orixás femininos em geral, para nos mantermos vivas levando as nossas e nossos junto conosco. Isso tem sido minha base de pensamento, que está em constante mudança. Hoje ainda me intitulo uma afro-feminista, mas não sei se amanhã este termo será o mais adequado. Sigo buscando ampliar a reflexão para que seja algo que contribua para a nossa luta enquanto mulheres negras, e no processo de mudança da sociedade.

Nos últimos anos, a extrema direita tem ampliado seus terrenos no cenário político brasileiro e, com isso, empreendido políticas e construído normativas contrárias à afirmação das liberdades e dos

direitos cidadãos. Nesse cenário de embate legal, político e simbólico, quais desdobramentos você identifica no campo das articulações de movimentos e instituições que têm como propósito a afirmação dos direitos das mulheres negras? No horizonte de possibilidades, que estratégias ou pautas você acredita que devam ser prioritárias frente à disputa discursiva e às ameaças postas por esse governo?

O pensamento da extrema direita é baseado em diversos fundamentalismos e acirram todos os abismos sociais. Chamo atenção para o fundamentalismo religioso que nos últimos anos mostrou sua força ocupando espaço no Legislativo e no Executivo. Esse avanço ameaça a vida de todas as mulheres, da população LGBTTQI+, das comunidades tradicionais. Mas, o impacto disso na vida das mulheres negras é maior do que na das mulheres brancas. O controle dos corpos das mulheres por meio dos desmontes de políticas públicas, e aqui falo sobre as políticas de direitos sexuais e reprodutivos, em especial a política de aborto seguro. Sabemos bem que as mulheres de classe média e alta, que são brancas em sua absoluta maioria, não acessam estas políticas em caso de estupro. Quem necessita desta ação são as mulheres pobres, que são em sua absoluta maioria negras. A criminalização do aborto, a propagação de ideologias nas igrejas de subserviência e controle das mulheres pelos homens são ações que impactam diretamente em nossa vida. O fundamentalismo religioso precisa ser enfrentado como o grande problema que ele é.

Acredito que todos os momentos de crise nos colocam desafios de reinvenção. Diante desta crise que estamos vivendo com a pandemia, as mulheres têm, como sempre, estado na base das ações de resposta e enfrentamento. Como disse uma conhecida em uma reunião na semana passada: enquanto os homens estão fazendo *live*, as mulheres fazem máscaras, arrecadam alimentos e cuidam dos doentes.

No que tange à esfera governamental, não tenho esperança de diálogo, pois não há diálogo com quem não se dispõe a ele. Desde 2018, os coletivos de mulheres com os quais dialogo têm debatido a participação das mulheres negras nos espaços políticos e de representação. Visando ocupar a vereança e a prefeitura. Tivemos uma grande derrota com a postura do PT Bahia [Partido dos Trabalhadores da Bahia] em não respeitar

a candidatura proposta pelas mulheres negras, uma candidatura que foi construída por mulheres que são filiadas ao partido e outras, como eu, que não são filiadas a partido algum e que estão na luta. Pior que isso, houve uma apropriação de nossa figura, trazendo uma mulher negra que supostamente nos representaria. Ora ora, representação se constrói. Bem, deixa essa capítulo para outro texto, mas é fundamental pontuar que ações autoritárias vêm de todos os lados. E nós não aceitaremos de lado algum. Continuaremos a ser resistência e constância, como as águas.

A estratégia maior foi a que aprendemos desde os navios negreiros: nos mantermos juntas. Somar com os brancos antirracistas, que entendem que precisamos alternar o protagonismo, que nosso projeto de mundo é para todas as pessoas. Portanto, se abracem e se permitam aprender outra forma de pensamento e cosmovisão.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. **Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6040.htm>

GUALBERTO, Ana Emília Martins. **IDENTIDADES E DIREITOS** – MULHERES LIDERANÇAS DOS QUILOMBOS DE BARROSO E JETIMANA, CAMAMU/BA. 2018. 104f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

GUALBERTO, Ana Emilia Martins. COLUNA OPINIÃO – Sobre a luta cotidiana de ser mulher negra. **Observatório Quilombola**, 06 mar.2020a. Disponível em: <<https://koinonia.org.br/oq/2020/03/06/sobre-a-luta-cotidiana-de-ser-mulher-negra/>>. Acesso em 27 de março de 2020.

GUALBERTO, Ana Emilia Martins. COLUNA OPINIÃO – Sobre nossas identidades. **Observatório Quilombola**, 20 mar. 2020b. Disponível em: <<https://koinonia.org.br/oq/2020/03/20/sobre-nossas-identidades/>>. Acesso em 4 de abril de 2020.

SERRA, Ordep. (Org). **Laudo Antropológico** – Exposição de motivos para o tombamento do conjunto monumental do KweVodunZò, OrdepSerrra, Serge Pechiné, Adelson de Brito, Bruno Andrade, Celso Cunha, Larissa Fontes, Caetano Portugal, DofonoHunxi Martins, Marivalter da Silva Junior. Salvador, BA, 2015.

NJERI, Aza. Vamos falar sobre Mulherismo Africana? **ALMAPRETA.COM**, 2020. Disponível em: <<https://www.almapreta.com/editorias/o-quilombo/vamos-falar-sobre-mulherismo-africana>>. Acesso em: 28 abr. 2020.